

Um outro mundo possível? (exercício crítico sobre o desenvolvimento e o progresso - parte I)

Um mundo em sofrimento?

A leitura das estatísticas e dos relatórios elaborados pelas organizações internacionais mergulha-nos na inquietação. Após décadas de políticas de desenvolvimento, o mundo não se tornou mais justo, mais igual, mais seguro. Ao invés, a pobreza, a exclusão e a violência alastraram. Não apenas na periferia, no chamado Terceiro Mundo, mas também no próprio centro do sistema mundial, com o aparecimento de um Quarto Mundo cada vez mais numeroso. Os relatórios de organizações como as Nações Unidas e o Banco Mundial são, em si mesmo, confissões públicas do fracasso. Para o Banco Mundial, instituição do "consenso de Washington", responsável principal, juntamente com o FMI, a OMC e a OCDE, pela programação e execução das políticas de desenvolvimento, vivemos num mundo desigual:

"Dos 6 biliões de habitantes, 2,8 biliões (quase a metade) vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhão (um quinto) com menos de 1 dólar por dia, sendo que 44% vivem no sul da Ásia. Nos países ricos, menos de uma criança em 100 não completa cinco anos, mas nos países mais pobres um quinto das crianças morrem antes disso. Enquanto nos países ricos menos de 5% de todas as crianças abaixo de cinco anos são desnutridas, nos países pobres a proporção chega a 50%" (www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Poroverv.pdf).

A pobreza está em toda a parte, afirma-se no último relatório sobre o desenvolvimento humano produzido pelas Nações Unidas. Os dados apresentados são cruéis: mais de um quarto dos 4,5 mil milhões de pessoas nos países pobres não tem qualquer expectativa de viver para além dos 40 anos, mais de 1,3 mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável, mais de 840 milhões passam fome, uma em cada sete crianças em idade escolar está fora da escola primária básica. Ela está também presente, como veremos um pouco mais à frente, nos países que ocupam as primeiras posições dos índices de desenvolvimento humano (cf. www.undp.org/hdro/Chapter1.pdf).

Saliente-se ainda que o fosso entre países ricos e países pobres não parou, nas últimas décadas, de se alargar, verificando-se retrocessos impressionantes em diversas zonas do planeta:

"A renda média nos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes a média dos 20 mais pobres, uma diferença que duplicou nos últimos 40 anos. A experiência difere muito de uma região a outra. No leste da Ásia, o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia diminuiu de cerca de 420 milhões para cerca de 280 milhões entre 1987 e 1998, mesmo após a crise financeira. Mas na América Latina, sul da Ásia e África Subsaariana o número de pobres tem aumentado. Nos países da Europa e Ásia Central em transição para a economia de mercado, o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia aumentou mais de 20 vezes" (www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Poroverv.pdf).

Este incremento apenas acentuou um fenómeno estrutural, ligado à consolidação, nos últimos duzentos anos, da economia-mundo capitalista. Comparando 1820 com 1992, verificamos que a diferença dos mais ricos face aos mais pobres passou de 3 para 1 para 72 para 1. Mais grave e significativo, os países mais pobres estão a um nível idêntico, e por vezes pior, ao que estavam aqueles que se encontravam em igual situação em 1820.

A esta forma de desigualdade junta-se uma outra, assente nas diferenças entre ricos e pobres no interior de cada país. Se estas diferenças são antigas e bem conhecidas nos países pobres, assiste-se ao crescimento brutal da pobreza nos países com melhores níveis de desenvolvimento. Assim, sempre de acordo com o citado relatório das Nações Unidas, uma pessoa em cada oito está afectada por uma forma de pobreza: (i) desemprego de longa duração; (ii) esperança de vida inferior a 60 anos; (iii) rendimento insuficiente; (iv) iliteracia. Contribuindo para este balanço iníquo, os duzentos indivíduos mais ricos do mundo detêm o equivalente a 41% do rendimento mundial, tendo duplicado os seus rendimentos nos últimos quatro anos. Diga-se também que o rendimento dos três maiores multimilionários equivale ao rendimento dos 600 milhões de indivíduos que pertencem aos países mais pobres do planeta. De acrescentar que a afectação anual de somente 1% da fortuna destes duzentos indivíduos geraria um recurso financeiro de 7 a 8 mil milhões de dólares, suficiente para garantir o acesso de todos à educação primária (cf. <http://www.undp.org/hdro/overview.pdf>)[1].

Mas o sofrimento não é apenas humano. É o planeta no seu todo, são as mais diversas formas de vida que sofrem. Vivemos num tempo marcado pela destruição acelerada dos ecossistemas e da biodiversidade, "efeito de estufa" e aquecimento do planeta, desertificação e envenenamento dos solos e da água, comprometendo um futuro viável para todos em favor de um presente apenas para alguns. Se a longo prazo a degradação ambiental pode colocar em causa a existência de vida no planeta, no presente os seus impactos são já socialmente devastadores, fazendo-se sentir sobretudo nos países pobres: a disponibilidade de água, quando comparada com o ano de 1970, é de apenas 60%, o mesmo acontecendo com a cobertura florestal. Os recursos renováveis estão a ser consumidos a um ritmo insustentável: os *stocks* haliêuticos estão reduzidos a três quartos, com numerosas espécies em vias de

extinção. Sobre alguns dos países mais pobres - Bangladesh e Egito, entre outros - repousa o espectro da inundação de uma parte do seu território devido   subida do nível médio dos oceanos provocado pelo aquecimento global do planeta. A instabilidade climática, nomeadamente a provocada em 1997 e 1998 pelo fen meno conhecido por *El Ni o* afectou severamente países j   duramente castigados como a Nicarágua e as Honduras (cf. www.undp.org/hdro/Chapter1.pdf).

Interrogar o desenvolvimento

Fazendo um sucinto e parcelar balanço, o retrato dos últimos 50 anos das políticas de desenvolvimento planeadas e aplicadas pelas institui es do "consenso de Washington" acusa a tragédia humana que est   por detr às desta aparente bondade dos governos e das principais organiza es internacionais[2]: (i) agravamento das desigualdades entre o centro e a periferia; (ii) conclus  o do processo - iniciado no século XV com a expans  o marítima portuguesa - de integra o/assimila o forçada das sociedades ditas primitivas na economia-mundo dominada pelo espaço euro-americano[3]; (iii) concentra o da riqueza e incremento da exclus  o nos países centrais; (iv) explora o desmedida dos recursos naturais, de uma forma n  o sustentada que a prazo coloca em causa a própria viabilidade da vida no planeta; (v) redu o da democracia a formas inócuas e extremamente limitadas, afastando os cidad  os do controlo efectivo das suas vidas e das políticas nacionais e internacionais.

Perante este cen  rio, imp  e-se a tarefa de interrogar o desenvolvimento. Palavra hegem única, n  o far   ela própria parte do aparato hegem único que domina a actual fase da globaliza o em que se encontra mergulhado o sistema-mundo moderno? Assim, parece-me necess  rio questionar: que desenvolvimento, para que serve, a quem interessa, em que condi es ele se faz sentir? Quest ões certamente merecedoras de uma larga e intensa discuss  o, excedendo em muito o âmbito do texto, n  o quero, contudo, deixar de relevar que, tal como sustentam Silva e Ribeiro (2000: 121-122):

"Temas e t  picos como ?desenvolvimento? e ?desenvolvimento sustent  vel? parecem,   primeira vista, suscitar um amplo consenso, no qual determinados objectivos mínimos (v.g. modernizar, superar estrangulamentos, aproveitar potencialidades ex  genas e end  genas, responder a determinados 'desafios' nomeadamente da globaliza o) seriam partilhados por todos os protagonistas políticos (institui es estatais e municipais, partidos políticos, sindicatos e associa es patronais, associa es locais para o desenvolvimento). Nada mais de falso e enganador. Mesmo quando possam conjunturalmente, a curto prazo, encontrar-se plataformas mínimas de interven o social e política perante determinadas realidades sociais pungentes e, como tal, tactivamente defens  veis, n  o h  , de facto, converg  ncia real nos modelos explicativos do desenvolvimento desigual, bem como nos diagn  sticos das desigualdades sociais, nem t  o pouco nas an  lises prospectivas e propostas estratégicas de médio-longo prazo". Podemos até ir mais além, n  o nos ficarmos apenas pela discuss  o sobre modelos e programas de interven o em matéria do desenvolvimento, antes ensaiando a crítica do conceito. Assim, para Portela (1999a)   tempo de se desenvolver a no o de desenvolvimento, pois n  o faz sentido algum falar nele - acrescenta o autor num outro texto - se os seres humanos n  o forem, simultaneamente, actores e benefici  rios de tal processo, sendo que "a participa o dos cidad  os   uma quest  o fulcral" (Portela 1999b: 12). Por seu lado, Santos (1999: 3), na esteira de muitos outros (cf. Escobar 1991: 675), reclama que, uma vez que "a falência da miragem do desenvolvimento   cada vez mais evidente, em vez de se buscarmos novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento". Em síntese, de uma forma ou de outra - desenvolvendo ou procurando alternativas ao conceito -   urgente prosseguir a reflex  o crítica sobre o desenvolvimento, procurando causas e rela es que o permitam compreender e transformar.

Fernando Bessa Ribeiro
UTAD - Chaves

Notas

[1] Embora n  o constitua um elemento central da reflex  o, n  o posso deixar de trazer t  mbem   colaço o problema da (ausência de) paz no nosso tempo. Ao contr  rio do que nos prometeram os arautos do "fim da hist  ria" (cf. Fukuyama 1992), o colapso da Uni  o Soviética e dos seus aliados n  o produziu um mundo mais seguro nem, t  o pouco, fez travar a redu o das despesas militares. Neste campo, a única coisa que efectivamente mudou foi a ret  rica da justifica o. Desaparecida a "ameaça" soviética, as despesas militares passaram a ser ideologicamente sustentadas pela ret  rica da interven o humanit  ria. Numa completa corrup o de conceitos e valores, passamos a conviver com a guerra "humanit  ria" e as opera es de manuten o da "paz"   revelia das Na es Unidas e do Direito internacional. Os colossais orçamentos dos Estados Unidos (804 d  lares *per capita*), da França (642 d  lares *per capita*), do Reino Unido (484 d  lares *per capita*) e da Alemanha (355 d  lares *per capita*), entre outros, iguais ou superiores ao produto interno bruto *per capita* dos países mais pobres do planeta servem, na verdade, para garantir a defesa dos seus interesses políticos e econ  micos através da ameaça e, sempre que necess  rio, do uso da força sobre os Estados "mal comportados". (cf. www.lariposte.com/theorie/relations_internacionales_21_siecle.html).

[2] Ribeiro e Portela (2000) apresentam como exemplo paradigm  tico a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), uma institui o governamental dos Estados Unidos. Aparentemente um caso de ajuda "generosa" e "desinteressada" aos países pobres, funciona como um instrumento para a realiza o de determinados objectivos políticos (do governo americano), para além de dar cobertura a opera es da CIA (Smith 1997: 181). No seu *site* (www.info.usaid.gov/about/), a institui o   transparente, enunciando com clareza os objectivos que est  o por detr às desta "filantropia" Norte-Sul: apoiar o desenvolvimento econ  mico e fornecer ajuda humanit  ria no quadro da promo o dos interesses econ  micos e políticos dos Estados Unidos.

[3] Como esclarece Lévi-Strauss (1996: 76-77), a ades  o da periferia   moderniza o n  o   espont  nea como

muitos querem fazer crer. Mais do que uma decisão livre, resulta da inexistência de qualquer possibilidade de escolha. O autor recorda, bem a propósito, que a civilização ocidental disseminou os seus exércitos, as suas fábricas, as suas plantações e os seus missionários pelo mundo inteiro, intervindo directamente na vida das populações subjugadas, mudando radicalmente o seu modo de vida. Perante a desorganização, melhor, o caos social instalado, estas populações não podiam fazer outra coisa que não fosse aceitar as soluções apresentadas pelos ocidentais.